



Novas deputadas tomam posse na Câmara Federal

Quatro parlamentares assumem o mandato no Congresso Nacional na vaga dos deputados que venceram as últimas eleições. Regina Lino (PMDB-AC), Ethevalda Grassi (PTB-ES), Joana D'Arc Carvalho (PT-MG) e Dalila Figueiredo (PSDB-SP) têm experiências políticas bastante diferentes. Mas, na Câmara dos Deputados, já definiram um projeto comum: fortalecer a bancada feminina no parlamento. As novatas querem conhecer os projetos em andamento e se unir as deputadas nas questões de interesse do movimento organizado de mulheres. Um dos projetos, o que estabelece cotas de participação das mulheres nas chapas eleitorais, tem a aprovação das quatro novas parlamentares. (Pág. 6)



Rio sediará 8º Encontro Internacional Mulher e Saúde

Mais de 700 mulheres já estão inscritas no 8º Encontro Internacional Mulher e Saúde, que acontecerá no Rio de Janeiro de 16 a 20 de março. Foram organizadas várias oficinas de trabalho e painéis de debate sobre temas relevantes para o movimento de mulheres como aborto, AIDS, saúde mental e mortalidade materna. A Comissão Organizadora do 8º Encontro é formada por vários grupos feministas ligados à Rede Nacional Feminista de Saúde e Direitos Reprodutivos. (Pág. 4)

3 Trabalhadoras Rurais

5 União Estável

10 Articulação

Em novembro, será a vez do XII Encontro Nacional Feminista

Após a conferência de Beijing, na China, o movimento organizado de mulheres quer retomar as principais discussões em torno dos temas que mais preocupam as feministas. Para isso, está programado o XII Encontro Nacional Feminista, que será realizado em Salvador, de 28 a 1º de novembro. Serão discutidos os temas esterilização, trabalho remunerado e não-remunerado, violência doméstica, entre outros. (Pág. 12)

Latino-americanas decidem manter Articulação

Durante três dias de intensas discussões, em Lima, no Peru, chegou-se a algumas decisões: manter uma Articulação de Mulheres da América Latina e do Caribe para desenvolver atividades, dando seguimento ao Plano de Ação Mundial e ao Plano de Ação Regional; desenvolver indicadores que possam medir o impacto das ações governamentais sobre a vida das mulheres. (Pág. 10)

Editorial

O Congresso Nacional retomou seus trabalhos no último dia 17 de fevereiro, mas os corredores estavam vazios e pouca coisa andou neste período. Nas pautas de Plenário da Câmara e do Senado não havia nenhuma questão relativa aos direitos das mulheres na ordem do dia. As Comissões Técnicas, por sua vez, não se reuniram para deliberar sobre os projetos que estavam para a sua apreciação porque primeiramente decidiam a composição das novas mesas diretoras de cada Comissão.

A última semana de fevereiro, ao contrário, deve ser bem agitada. O fato de a proposta de emenda constitucional da reeleição retornar, no dia 25 de fevereiro, para a deliberação em segundo turno deverá lotar a Câmara e, logo depois o Senado.

Nesta mesma semana, no dia 27, o CFEMEA juntamente com o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher e a Rede Nacional Feminista de Saúde e Direitos Reprodutivos estarão promovendo, no auditório do Espaço Cultural da Câmara, um debate sobre o projeto de lei 20/91, que dispõe sobre a obrigatoriedade do atendimento dos casos de aborto legal pela rede pública de saúde. A iniciativa tem por objetivo aprofundar a discussão com os parlamentares sobre o real conteúdo do projeto, buscando esclarecer as dúvidas dos deputados sobre como atuam a secretaria de saúde, a delegacia de polícia e o hospital que presta este tipo de serviço nos municípios, trazendo a voz daquelas pessoas que estão à frente destas instituições públicas para o debate com os congressistas. Organizações do movimento feminista e o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher também vão expor seu ponto de vista sobre o projeto.

O debate acontecerá num momento crucial da discussão: a Comissão de Constituição e Justiça deve deliberar sobre o PL 20/91 já em março e, em seguida, o projeto deve ser encaminhado ao Plenário da Câmara.

Livro mostra depoimentos de mulheres sobre aborto

A editora Irch-Mauad, do Rio de Janeiro, vai lançar em março o livro **Aborto**, da terapeuta carioca Regina de Castro. O livro reúne vários depoimentos de adolescentes e mulheres de idades diferentes que optaram por fazer abortos diante de uma gravidez indesejada. As entrevistas foram colhidas pela autora ao longo de sua carreira profissional. Segundo Regina, foram selecionados os casos mais graves, que mostram a dor, os conflitos e as culpas que perturbam as mulheres que fazem aborto. O maior objetivo da obra, diz Regina, é defender a descriminalização do aborto e mostrar aos leitores que o tema deve ser tratado não só do ponto de vista político, mas também com compaixão.

Todos os depoimentos são verídicos, mas os nomes são fictícios, já que o aborto ainda é considerado crime, salvo os casos previstos em lei - risco de vida da mãe e estupro - o livro também traz um glossário com estatísticas sobre aborto no Brasil e a linguagem que envolve o assunto, como, por exemplo, a "pílula do dia seguinte", nome popular do "Método de Yurpe", uma overdose de hormônio para inviabilizar a gravidez até 72 horas após o ato sexual, alternativa científica recomendada pela ONU. Os leitores também vão encontrar informações sobre os hospitais que realizam o aborto legal no país, procedimentos recomendados para vítimas de estupro, e a íntegra da lei que aborda o assunto.

Educação Sexual



No período de 24/02 a 18/03, das 14:00 às 18:00 horas, será realizada a inscrição para o II Curso de Extensão "Educação Sexual Não Sexista" (teorias e práticas educativas), na Faculdade de Educação / Universidade Federal de Goiás. O objetivo é desenvolver o tema "Educação Sexual", com enfoque nas relações sociais de

gênero, e também contribuir para a formação de profissionais, implementação de projetos e fomentação de pesquisa nessa área.

O curso é destinado aos acadêmicos dos 2 últimos anos e profissionais, preferencialmente das áreas de Educação e Saúde que já desenvolvem ou pretendem desenvolver atividades em educação sexual. São oferecidas 30 vagas, com 60 horas de aulas teóricas e práticas e 60 horas de estágio supervisionado. As aulas acontecerão uma vez por semana, às segundas-feiras na Faculdade de Educação. A seleção dos candidatos será feita através da análise da ficha de inscrição e de um breve currículo. Informações (062) 261-6238/202-2118.

CFEMEA - CENTRO FEMINISTA DE ESTUDOS E ACESSORIA
SCN Ed. Venâncio 3000, Bl. "A" sala 602 - 70718-900
Brasília, DF - Telefone: (061) 225-1664 Fax: (061) 225-2336
E-mail: cfemea@ax.ibase.org.br ou cfemea@tba.com.br
Programa DIREITOS DA MULHER NA LEI E NA VIDA
Equipe responsável: Gilda Cabral, Guacira César de Oliveira,
Iáris Ramalho Cortês, Malô Ligocki e Marlene Libardoni.
Conselho Consultivo: Parlamentares: Deputada Jandira
Faghalil, Marilu Guimarães, Rita Camata, Sandra Starling,
Socorro Gomes e Zulaiá Cobra. Deputados José Genofino e
Nelson Jobim. Senadoras: Benedita da Silva e Marluce Pinto.
Feministas: Dóris Louise de Castro Neves, Florisa Verucci,
Gilse Concenza, Helelieth Saffloti, Lídice da Mata, Luci
Choinacki, Marah Régia, Maria Berenice Godinho Delgado,
Maria Bethânia de Melo Ávila, Maria Luiza Fontenele, Maria

Tereza Augusti, Rosiska Darcy de Oliveira, Sílvia Pimentel e Sueli Carneiro.

Comitê de Especialistas: Ana Maria Costa, Dóris Louise de Castro Neves, Eleonora Menecucci de Oliveira, Elizabeth Garcez, Florisa Verucci, Isabel Grein, Lailah Borges da Costa, Márcia Camargo, Maria do Carmo Menezes, Maria do Socorro Jô Moraes, Paola Capelin Giuliane, Sarah Sorrentino, Sílvia Pimentel, Sônia Corrêa e Sueli Carneiro.
Conselho Editorial: Guacira Oliveira, Gilda Cabral e Marlene Libardoni

Jornalista Responsável: Edna Maria Cristina Santos
Composição e Arte Final: Adriano Fernandez Cavalcante
Impressão: Athalia Gráfica e Papeleria Ltda - Brasília-DF
Apoio: Fundação Ford, Fundação MacArthur, NOVIB, UNIFEM e FNUAP.

Trabalhadoras rurais debatem direitos da mulher

mulher fempress nº 139



As mulheres trabalhadoras rurais se mobilizam para lançar em Brasília, dia 19 de março, o movimento "Grito da Terra Brasil", realizado anualmente com o objetivo de pressionar o poder público para estabelecer políticas voltadas para a área rural. Durante quatro dias, as trabalhadoras rurais (mulheres assalariadas do campo, agricultoras familiares, sem-terra, assentadas) vão

participar da Plenária Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais, onde se discutirá a participação da mulher no desenvolvimento rural. O encontro acontecerá na Contag (Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura).

Até então, a categoria promovia plenárias nos estados. Segundo Rocicleide Silva, da Secretaria de Formação e Organização da Contag, o principal objetivo do encontro nacional é fortalecer as organizações de mulheres no movimento sindical de trabalhadoras rurais e aprofundar as formas de agrupamento já existentes hoje na categoria. Durante a plenária, as mulheres vão aprofundar a discussão sobre desenvolvimento rural e agricultura familiar sob o enfoque de gênero, além de definir ações prioritárias para os próximos dois anos.

Cerca de 300 trabalhadoras rurais de todo o país

devem comparecer ao encontro. Para participar do evento, a candidata tem que ter atuação em organizações de mulheres em seu estado ou município, ser trabalhadora rural ou estar ligada ao MST (Movimento Sem-Terra), e participar das atividades preparatórias nas plenárias estaduais, que foram planejadas para fevereiro. O encontro nacional também vai contar com a participação de parlamentares da bancada feminina do Congresso Nacional, de representantes do movimento de mulheres e de ONGs ligadas à causa feminista.

Entre as principais reivindicações das trabalhadoras rurais estão o atendimento na rede pública de saúde, com ampliação da rede hospitalar no interior do país, onde se concentra o mercado de trabalho da categoria, e a implantação de uma política de crédito agrícola para custeio e investimento que também contemple a trabalhadora rural. Várias denúncias encaminhadas à Contag mostram que, para receber o crédito agrícola, as trabalhadoras rurais têm que obter a autorização do marido.

Outro tema que será debatido no encontro nacional é a questão da aposentadoria para as trabalhadoras rurais. O benefício é recente, adquirido na Constituição de 1988, mas, segundo dados da Contag, 70% dos pedidos indeferidos de aposentadoria são de mulheres trabalhadoras rurais que, na prática, também ainda não se beneficiam do direito à licença-maternidade. A Contag está finalizando uma pesquisa nacional que identificará o nível de indeferimento de pedidos de aposentadoria das trabalhadoras rurais em todo o país.

19/03 1º Dia	20/03 2º Dia	21/03 3º Dia	22/03 4º Dia
CHEGADA DOS ESTADOS	MANHÃ: 1º PAINEL: DESENVOLVIMENTO RURAL SOB O ENFOQUE DE GÊNERO - Exposição - Trabalho em Grupo - Plenária sobre a temática	*OFICINAS ESPECÍFICAS - Saúde - Sexualidade - Violência - Identidade	*ORGANIZAÇÃO - Exposição - Trabalho em grupo - Plenária
CHEGADA DOS ESTADOS	TARDE: 2º PAINEL: PREVIDÊNCIA SOCIAL E AS TRABALHADORAS RURAIS - Exposição - Trabalho em grupo - Plenária sobre a temática	*OFICINAS POR FRENTE DE LUTA DO MSTR - Reforma Agrária - Assalariadas rurais - Políticas Sociais - Política Agrícola	*ENCERRAMENTO
ABERTURA DA PLENÁRIA	NOITE: TROCA DE EXPERIÊNCIAS Uma troca de experiência entre as mulheres e suas formas de trabalho e saúde em todas as áreas (saúde, organizações da produção, educação, etc.)	- Noite Cultural - Feira e venda de material produzido nos estados pelas organizações	

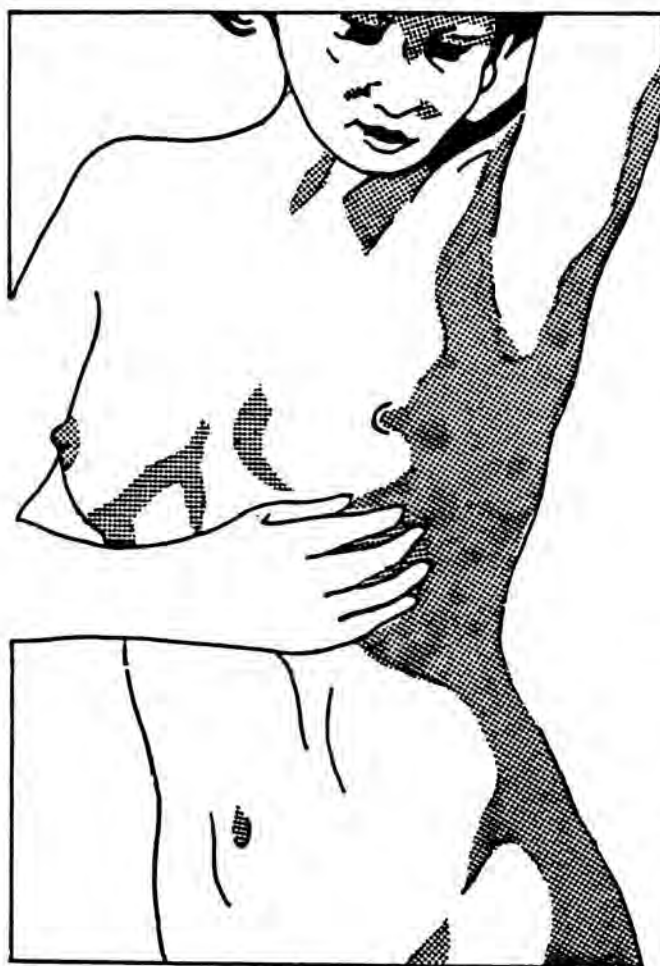
Mulheres se mobilizam para o 8º Encontro Internacional Mulher e Saúde

De 16 a 20 de março será realizado, no Hotel Glória do Rio de Janeiro, o 8º Encontro Internacional Mulher e Saúde, o primeiro a ser feito na América Latina. O evento contará com a participação de 700 mulheres provenientes de mais de 70 países, e que atuam no campo da saúde e dos direitos reprodutivos. Foram organizados vários painéis de debate onde serão discutidos temas como aborto nos diversos contextos regionais, avaliação da campanha contra a mortalidade materna, saúde mental, Aids e relação de poder, organização e perspectivas do movimento de saúde da mulher, introdução do conceito de gênero nas políticas públicas, entre outros. Todas as conferências terão tradução simultânea.

Além dos painéis de debate, os inscritos também poderão participar de oficinas e grupos de trabalho, que serão realizados no período da tarde. O 8º Encontro vai contar com um espaço para exposições, mostras de vídeo, stands para venda e distribuição gratuita de materiais educativos sobre saúde da mulher, produzidos pelas organizações que participam do evento. Cada participante que desejar expor algum material deverá entrar em contato com os coordenadores da exposição até o dia 16 de março.

A organização do 8º Encontro, está sendo feita por uma Comissão Organizadora, com a participação de grupos feministas com sede em São Paulo e que estão vinculados à Rede Nacional Feminista de Saúde e Direitos Reprodutivos. Foram formados

também dois Comitês Consultivos, um em nível nacional e outro internacional. No exterior, a organização é de responsabilidade das redes de saúde e grupos com experiência e reconhecimento na área da saúde. Segundo a Comissão Organizadora, todas as pré-inscrições foram



mulher fempress nº 130

confirmadas em dezembro. O pagamento das inscrições, US\$ 100, poderá ser feito no local do evento.

Os preparativos para o 8º Encontro começaram há dois anos, quando representantes do Conselho Diretor da Rede Nacional Feminista de Saúde e Direitos Reprodutivos, aproveitando diferentes reuniões da agenda internacional e nacional do movimento, promoveram discussões sobre o caráter do evento. Participaram das reuniões representantes das redes de saúde,

ativistas dos movimentos de mulheres e integrantes das comissões organizadoras dos encontros anteriores.

Segundo Jacira Melo, da Comissão Organizadora, o Brasil foi escolhido para sediar o Encontro Internacional da Mulher e Saúde porque tem se destacado no movimento de luta das mulheres. Os primeiros encontros foram realizados no continente europeu e os demais na Costa Rica, Filipinas e Uganda. A unanimidade manifestada pelo movimento internacional de saúde da mulher, em Uganda, para que o Brasil sediasse o 8º Encontro deve-se à credibilidade política que o movimento brasileiro de mulheres adquiriu nas duas últimas décadas, decorrência, também, do grau de mobilização do movimento na área de saúde.

Os grupos que militam nessa área tiveram uma atuação decisiva na formulação do PAISM - Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher - outra prova de organização do movimento foi a formação da Rede Nacional Feminista de Saúde e Direitos Reprodutivos, em 1991, integrada por vários grupos feministas, ONGs, conselhos da mulher, e núcleos de estudo e pesquisa das universidades.

Comissão Organizadora: Coletivo Feminista Sexualidade e Saúde, Geledés (Instituto da Mulher Negra), SOF (Sempre Viva Organização Feminista), União Brasileira de Mulheres, Casa da Mulher do Grajaú, Casa da Mulher Lilith, CIM (Centro de Informação da Mulher), Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre a Saúde da Mulher da UNIFESP, Núcleo de Estudos e Pesquisas - Aids/USP.

Domingo
16 de março de 1997

- 8h30** Recepção e entrega da agenda do 8º Encontro
- 10h30** Abertura do 8º Encontro
- 13h** Almoço
- 15h** **Conferência 1**
Globalização e Saúde da Mulher: conservadorismos e políticas de ajuste
- 19h** Coquetel de boas-vindas

Segunda-feira
17 de março de 1997

- 8h30** **Conferência 2**
Políticas Públicas Nacionais e Internacionais
- 11h** **Painel 1**
Modelo de Atenção à Saúde: utopias e realidades
Painel 2
Impactos das políticas de ajuste nos sistemas nacionais de saúde
Painel 3
Aborto nos diferentes contextos regionais
Painel 4
Mulher e saúde nas conferências da ONU na década de 90

* Os painéis serão realizados simultaneamente

- 13h** Almoço
- 15h** Grupos de trabalho
Para a definição de estratégias sobre políticas públicas
- 17h30** Espaço Aberto
Para apresentações de trabalhos, comunicações pessoais, oficinas e reuniões já inscritas e confirmadas

Tradução Simultânea



O 8º Encontro vai contar com a tradução simultânea em quatro idiomas - português, espanhol, francês e inglês - nas Conferências, Painéis e Grupos de Trabalho.

Terça-feira
18 de março de 1997

- 8h30** **Conferência 3**
Corpo: Direitos Reprodutivos e Sexuais
- 11h** **Painel 1**
Medicalização do corpo - novos controles sociais
Painel 2
Os processos destrutivos da saúde na relação gênero, trabalho e meio ambiente
Painel 3
Saúde mental
Painel 4
AIDS e relação de poder

* Os painéis serão realizados simultaneamente

- 13h** Almoço
- 15h** Grupos de trabalho
Para a definição de estratégias sobre corpo, direitos reprodutivos e sexuais
- 17h30** Espaço Aberto
Para apresentações de trabalhos, comunicações pessoais, oficinas e reuniões já inscritas e confirmadas

Quarta-feira
19 de março de 1997

- 8h30** **Conferência 4**
Movimento de saúde da mulher: formas de organização e perspectivas para o futuro
- 11h** **Painel 1**
Avaliação da campanha contra a mortalidade materna
Painel 2
Introdução do conceito de gênero nas políticas públicas, impacto do movimento de mulheres
Painel 3
Parcerias e alianças do movimento de mulheres
Painel 4
Impacto da temática saúde, sexualidade e direitos reprodutivos na organização das mulheres negras

* Os painéis serão realizados simultaneamente

- 13h** Almoço
- 15h** Grupos de Trabalho
Para a definição de estratégias para o movimento de saúde da mulher
- 17h30** Espaço Aberto
Para apresentações de trabalhos, comunicações pessoais, oficinas e reuniões já inscritas e confirmadas

Quinta-feira
20 de março de 1997

- 8h30** Apresentação e discussão da Declaração do 8º EIMS
- Definição do país sede do 9º Encontro
- Encerramento

Encontro da mulher negra será realizado no Maranhão

A Fundação Palmares, órgão vinculado ao Ministério da Cultura, está finalizando os preparativos para o Encontro Nacional de Mulheres Negras, que tem como objetivo definir estratégias que possibilitem a inclusão sócio-econômica da mulher negra, visando o século XXI. O evento acontecerá em abril, em data ainda a ser definida. As participantes se reunirão na cidade de Alcântara, no interior do Maranhão, uma região histórica por ter abrigado vários quilombos.

Segundo a organizadora do encontro, Dulce Pereira, presidente da Fundação Palmares, o principal objetivo do evento é a formulação de políticas de inclusão da mulher negra na vida sócio-cultural do país. Cerca de 50 mulheres, a maioria personalidades da política e da cultura nacional, vão trocar experiências sobre a participação da mulher negra no cotidiano, na família, na política e na economia do país. Já estão confirmadas as presenças das atrizes Sueli Carneiro, Xica Xavier e Zezé Mota, das senadoras Marina Silva (PT-AC), e Benedita da Silva (PT-RJ), além da poetisa Esmeralda Ribeiro e da editora Diva Moreira. Várias instituições que discutem a participação da mulher negra na sociedade também estão sendo contactadas.

Para Dulce Pereira, a iniciativa de organizar esse evento é uma obrigação do Estado brasileiro, que deve incentivar a mudança de papel da mulher negra no movimento sócio-econômico-cultural do país. Um dos objetivos de Dulce nesse encontro é buscar subsídios para formular políticas que, na prática, possibilitem uma melhor capacitação da mulher negra. "É uma das metas da Fundação Palmares", afirma. Está prevista a produção de uma revista para divulgar os temas debatidos e as estratégias de ação definidas no encontro.

Congresso Nacional recebe

Elas assumem o mandato no lugar dos deputados que se elegeram nas últimas eleições. Figueiredo (PSDB-ES), Regina Coelho (PMDB-AC) pretendem, na

Regina Amélia D'Alencar Lino Coelho (PMDB-AC), socióloga e assistente social, 44 anos, é separada e tem três filhos. É suplente do deputado federal Mauro Sérgio (PMDB-AC). Foi vereadora durante quatro anos em Rio Branco. Em toda a sua vida política tem se dedicado a combater a prostituição infantil. Na Secretaria do Bem Estar Social, em Rio Branco, essa foi sua principal bandeira. Ajudou a fundar a "Casa Rosa Mulher", que trabalha na recuperação de adolescentes vítimas da prostituição, em Rio Branco e cujo programa foi um dos cinco destaques do ciclo de premiação do Programa Gestão Pública e Cidadania, da Fundação Getúlio Vargas, que destacou as experiências inovadoras na administração pública. Regina Coelho teve forte atuação no combate à prostituição das meninas do Acre que viajavam constantemente à Rondônia para se prostituir nos garimpos do estado. O episódio foi amplamente divulgado na imprensa nacional.

Em relação ao movimento feminista, Regina Amélia afirma que nunca foi militante, mas é sensível à causa. Na Câmara dos Deputados quer trabalhar com a bancada feminina apoiando os projetos que são de interesse do movimento organizado de mulheres. Um dos projetos que já tem o apoio de Regina Amélia é o que estabelece a cota de 20% de candidaturas de mulheres nas chapas eleitorais. Esse percentual foi estipulado pela Lei 9.100, aprovada em 1995. Atualmente estão em tramitação no Congresso Nacional, dois projetos que tratam da questão das cotas. O de autoria da deputada



Deputada Joana D'Arc Carvalho (PT-MG)

Marta Suplicy (PT-SP) amplia a cota mínima para 30%, e o da senadora Júnia Marise mantém a cota de 20%.

Segundo Regina, a cota de participação da mulher nas chapas deve aumentar porque os partidos, atualmente, ainda dão pouco valor à mulher em relação ao poder de decisão. A deputada ressalta que essa batalha foi vitoriosa no governo do Acre, onde as mulheres conseguiram um espaço importante. Cinco mulheres foram nomeadas secretárias de governo.

Joana D'Arc Carvalho (PT-MG), casada, 39 anos, um filho, ocupa a vaga do deputado Chico Ferramenta. Há 20 anos na militância política em Cataguases (MG), foi a primeira mulher eleita em sua cidade. Aos 18 anos, tornou-se vereadora pelo MDB e, posteriormente, foi candidata à prefeita, mas perdeu a eleição. É servidora pública federal pelo TRT (Tribunal Regional do Trabalho) e foi delegada sindical do Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário de Minas Gerais.

Na Câmara dos Deputados, Joana D'Arc quer dar ênfase aos projetos que tratam da questão da aposentadoria para o trabalhador do campo. A parlamentar conhece de perto os problemas enfrentados pela categoria, já que foi eleita numa região que tem uma forte economia rural e industrial. Segundo a deputada, há uma grande dificuldade do trabalhador rural de comprovar o tempo de serviço.

Joana D'Arc sempre teve contato com o



Deputada Regina Amélia D'Alencar Lino Coelho (PMDB-AC)

Deve novas parlamentares

eleições. Ethevalda Grassi (PTB-ES), Joana D'Arc Carvalho (PT-MG), Dalila Eugênia Figueiredo (PSDB-ES), fortalecer o papel da mulher na sociedade.

movimento popular e, por intermédio dele, tentou organizar o movimento de mulheres em Cataguases, inspirada no trabalho desenvolvido pela Associação Feminista de Leopoldina, município do interior de Minas Gerais. Por achar que é fundamental a mulher estar à frente das reivindicações da sociedade, a deputada quer reforçar a bancada feminina no Congresso Nacional, dando apoio aos projetos de interesse do movimento de mulheres. Joana D'Arc também é a favor do projeto de cotas "porque cria oportunidades para a mulher se manifestar sobre as questões fundamentais da sociedade". Ela acredita que as mulheres, aos poucos, estão adquirindo consciência de que é importante o seu papel na história.

Dalila Eugênia Figueiredo (PSDB-SP), 47 anos, casada, quatro filhos, é assistente social e adquiriu experiência política como vereadora em Guarulhos, São Paulo. Durante seu mandato, destacou-se pela dedicação ao trabalho social, voltado para as crianças e adolescentes carentes. Defendeu medidas sócio-educativas para adolescentes infratores no Conselho Municipal de Defesa da Criança e do Adolescente por achar que não existe uma política para reabilitá-los e integrá-los à sociedade.

Apesar de não ser militante do movimento feminista, Dalila Eugênia sempre atuou em defesa das questões que beneficiam a mulher. É de sua autoria a lei que criou o Conselho Municipal da Condição Feminina



Deputada Ethevalda Grassi (PTB-ES)

de Guarulhos. A deputada também foi a favor da Criação da Casa de Apoio a Mulher Vítima de Violência Doméstica e se engajou na campanha contra o câncer de mama e útero.

Durante seu mandato, Dalila quer defender os projetos que possibilitem geração de empregos. Segundo ela, o desemprego do chefe de família é um dos fatores que contribui para a agressão contra a mulher dentro de casa. Mas também pretende se engajar nas discussões dos projetos encampados pela bancada feminina. A deputada considera fundamental o projeto de cotas porque acredita que a mulher ainda é discriminada na disputa pelo poder, principalmente no Executivo. Dalila ressalta que também é importante aumentar o número de mulheres no parlamento.

Ainda sem ter total conhecimento dos projetos relativos à mulher que tramitam no Congresso Nacional, Dalila Eugênia já se declara a favor do projeto de atendimento dos casos de aborto legal, de autoria do deputado Eduardo Jorge (PT-SP).

Etevalda Grassi de Menezes, 45 anos, é advogada e auto-define-se como centro e liberal. Entrou para a política por intermédio de seu marido, o ex-deputado federal Nyder Barbosa Menezes, há mais de dez anos. Em 1991, Nyder preferiu não se reeleger e lançou Etevalda como candidata.

A deputada já participou dos trabalhos legislativos na época da Constituinte. Tida como parlamentar atuante e boa articuladora, ela foi relatora da CPI que investigou a violência contra a mulher. Teve participação também nas questões referentes à tributação e orçamento, e ordem econômica e financeira.



Deputada Dalila Figueiredo (PSDB-ES)

O rito sumário e os delitos contra a mulher

Maria Berenice Dias
Desembargadora do Estado do RJ
e Presidente da ABMCJ-RS

É inquestionável a busca da agilização no julgamento dos delitos de pequena potencialidade lesiva, por meio da criação dos Juizados Especiais Criminais, pela Lei 9.099 de 26/09/96. Não se pode deixar de reconhecer que se trata de tentativa consciente de acabar com a impunidade, vista como a causa maior da criminalidade. O desafogamento da justiça comum, ao permitir maior celeridade na tramitação das ações, impedirá, por via de consequência, a ocorrência de prescrição, emprestando uma maior credibilidade ao Poder Judiciário.

É necessário atentar-se, no entanto, aos delitos contra as mulheres, em sua maciça maioria praticados por maridos, amantes ou companheiros, ou seja, pessoas que convivem e mantêm uma relação de afeto. Ainda que não comporte o momento uma análise mais acurada sobre as causas de o amor gerar dor, inquestionavelmente, que a ideologia patriarcal que ainda subsiste leva o homem a se ter como proprietário do corpo e da vontade da mulher. Essa errônea consciência de uma situação de poder assegura o suposto direito de o macho fazer uso de sua superioridade corporal e força física sobre a fêmea.

Apesar de a igualdade entre os sexos estar ressaltada enfaticamente na Constituição Federal, é secular a discriminação que coloca a mulher em uma posição de inferioridade e subordinação com relação ao homem.

Bem retratou essa triste realidade uma recente cena exibida pela Rede Globo e que despertou a indignação pública. Em uma parada de ônibus, uma mulher, acompanhada por uma criança, foi violenta e repetidamente agredida, restando inerte no solo. Retirou-se

após o agressor, sem que as demais pessoas que estavam no local esboçassem qualquer gesto. O mais chocante, no entanto, foi que, no dia seguinte, ela declarou que nada queria fazer contra seu companheiro pois dele dependia seu sustento e do filho.

Essa situação, que inclusive mascara a estatística da ONU, já por si demais chocante, de que, a cada seis minutos, uma mulher é vítima de agressão dentro do lar, alerta para a necessidade de que sejam tomadas providências.

A criação das Delegacias da Mulher desempenhou um importante papel, pois o atendimento especializado, feito na maioria das vezes por mulheres, em muito encorajou as vítimas a denunciarem agressões sofridas, muitas vezes, ao longo dos anos. De outro lado, o fato de os agressores serem chamados perante a autoridade policial cumpria uma função intimidatória, além de, por óbvio, a instauração do inquérito ensejar o desencadeamento automático de ação penal, ainda quando a recomposição do casal levasse a mulher a procurar "retirar a queixa".

Apesar de não se encontrar justificativa para o baixo índice de condenações, como se a justiça considerasse de menor lesividade os delitos praticados contra a mulher, ao menos se criminalizava a violência doméstica.

A nova postura legislativa, além de ter esvaziado as Delegacias da Mulher, que não podem chamar os ofensores e nem mais presidirem o inquérito, irá, sem sombra de dúvida, eliminar o desencadeamento de processos e conseqüente apenação nos chamados crimes contra a mulher.

O medo, a dependência econômica e o sentimento de inferioridade sempre impuseram à mulher a lei do silêncio. Raros são os casos em que se encorajavam as vítimas a denunciar a agressão que sofriam, o que bastava, inquestionavelmente, para a total impunidade nessa espécie delitual.

Impõe a nova lei a realização

de audiência preliminar com a presença do autor do fato e da vítima. A conciliação, que imperiosamente tem de ser proposta, enseja simples composição de danos, a serem executados no juízo cível. Mais, ainda que se trate de ação penal pública incondicionada, a pena aplicada será restritiva de direitos ou de multa, cujo pagamento leva à extinção da punibilidade sem registros criminais.

Essa constatação impõe que se reflita sobre a validade da nova normatização, pois é pouco crível que aporem no foro execuções promovidas pela mulher contra a pessoa com quem está vivendo.

Portanto faz-se mister que se conscientizem todos dessa realidade. Apesar de o movimento de mulheres estar agitando suas bandeiras, é necessário que os operadores do direito atentem que os delitos domésticos necessitam de um tratamento diferenciado. Torna-se imprescindível a criação de juizados especializados, a serem atendidos por juizes, representantes do Ministério Público, conciliadores e defensores públicos devidamente preparados para o julgamento dessa espécie de delito. É igualmente imperioso que seja montada uma estrutura para o atendimento psicológico e acompanhamento por assistentes sociais.

Como a pena restritiva da liberdade acaba por penalizar também a vítima, as medidas restritivas de direito devem ser de molde a propiciar uma mudança de comportamento daquele que pratica o crime sem atender o caráter criminoso de seu agir.

Assim, a aplicação de multa, a prestação de serviços à comunidade e mesmo o cumprimento de pena carcerária não é caminho para que a igualdade, a solidariedade e a paz deixem de ser simples plataforma da Conferência Mundial de Beijing.

Campinas discute atendimento ao aborto legal

Com o objetivo de definir os procedimentos básicos necessários para o cumprimento do Artigo 128, do Código Penal Brasileiro, o Departamento de Tecnoginecologia da Faculdade de Ciências Médicas da UNICAMP e o Centro de Pesquisa Materno-Infantil de Campinas (CEMICAMP), organizaram o I Fórum Interprofissional sobre Implementação do Atendimento ao Aborto Previsto na Lei, realizado nos dias 28, 29 e 30 de novembro passado, em Campinas.

De acordo com o Código Penal, é permitido o aborto praticado por médico quando não há outro meio de salvar a vida da gestante ou quando a gravidez for resultado de estupro. Lamentavelmente, apenas o aborto por risco de vida da mãe é praticado em muitos hospitais, enquanto a mulher vítima de estupro - só em casos excepcionais é atendida nos hospitais públicos - sente-se obrigada a recorrer ao aborto clandestino.

Contribuem para a manutenção dessa prática incorreta, a predominância dos conceitos machistas em nossa sociedade, onde se duvida sistematicamente da inocência da mulher estuprada. Por outro lado, o temor dos médicos e das instituições de saúde de serem incriminados, caso aceitem o pedido de aborto da mulher estuprada, também têm sido um obstáculo relevante. No caso do médico, o temor é duplo: teme ser acusado, investigado e processado pela justiça e ainda estar interrompendo uma gestação que na realidade não foi resultado de estupro.

É importante sublinhar que a iniciativa de abrir este debate no Brasil, não teve qualquer intenção de promover o aborto. Ao contrário, estas instituições acreditam e defendem que todas as medidas sociais e econômicas disponíveis deveriam ser tomadas para evitar as gestações não desejadas, proteger as mulheres grávidas e dar assistência às mães, para que possam levar a gravidez a termo, cuidar e educar seus filhos com o necessário apoio social, hoje praticamente ausente. Pretende-se, tão somente, cumprir a lei que protege a vítima de violência, que na realidade atual, é punida ao invés de ser protegida e receber os cuidados de que precisam.

O Fórum, que teve como base para as suas discussões a experiência de três hospitais que já oferecem esse tipo de serviço: o Centro de Assistência

Integral à Saúde da Mulher (CAISM-UNICAMP), o Instituto Municipal da Mulher (Hospital Pérola Bington) e o Hospital Municipal Dr. Arthur Ribeiro de Saboya (Hospital Jabaquara) fez as seguintes recomendações no seu relatório final:

- todos os hospitais devem ter definido um procedimento para atender as solicitações de interrupção da gestação. Caso contrário, deverão saber como orientar e para onde encaminhar a solicitante;
- no caso de estupro, a solicitação de interrupção da gestação deve ser feita por escrito, pela mulher ou o seu representante legal. No caso de menor de 14 anos, sua vontade deve prevalecer, se quiser continuar a gestação;
- o Boletim de Ocorrência Policial, no caso de estupro, é recomendável que seja apresentado, para prevenir futuros problemas para a mulher e também para os serviços e/ou para os médicos;
- o Mandato ou alvará judicial, não é necessário e não é recomendável solicitá-lo. O tempo para sua obtenção é incompatível, no caso do estupro, com a urgência do procedimento médico;
- os hospitais devem sempre observar, nos casos de estupro, a idade gestacional e a veracidade da história;
- as mulheres que não atendem as exigências legais e clínicas, necessárias para a interrupção da gestação, quando solicitadas, devem receber o devido apoio psicossocial para acompanhar o prosseguimento da gestação;
- após a interrupção da gestação, o hospital deve oferecer serviços de detecção de DST e AIDS, anticoncepção e apoio psicológico e social;
- a comissão de Ética de cada instituição deverá participar da discussão da implementação do programa de atendimento aos casos de aborto legal. Após a aprovação, a Comissão deverá apenas ser notificada dos atos realizados.

O relatório completo do I Fórum Interprofissional sobre Implementação do Atendimento ao Aborto Previsto na Lei, pode ser solicitado ao CEMICAMP, Caixa Postal 6181, CEP 13081-970, Campinas, SP; FAX (019) 239-2440 e E-mail: cemicamp@turing.unicamp.br.

ARTICULAÇÃO NACIONAL

Reunião de Lima quer reforçar articulação de mulheres

Nos dias 24-26 de janeiro deste ano aconteceu em Lima, Peru, na bonita e acolhedora sede do Centro de la Mujer Peruana Flora Tristán (onde funcionou até então a sede da Oficina de la Coordinadora de ONGs de América Latina y el Caribe para o Fórum sobre Mulher, da IV Conferência), a Reunião Regional de Estratégias Pós-Beijing. Estavam nesta reunião as representantes das sub-regiões: Caribe, América Central, Região Andina, México, Cone Sul, e Brasil. Participaram também representantes de redes e segmentos: Saúde e Direitos Reprodutivos, Mulheres Negras, Comunicação - ALAI, Lésbicas, Violência, REPEM, CLADEM, Jovens Católicas pelo Direito de Decidir. Pelo Brasil participaram: Schuma e Vera Soares, integrantes da Articulação de Mulheres Brasileiras.

Este encontro fez parte de um ciclo de reuniões da Coordenação do Fórum de ONGs da Conferência da Mulher para avaliar os resultados da Conferência da China. A primeira reunião realizada em Lima, em dezembro de 1995 (somente três meses depois de concluída a IV Conferência da Mulher), apontou a importância política de manter um vínculo intra-regional e assinalou que ainda era prematuro pensar em formas orgânicas e planos para o futuro. As participantes acordaram um prazo de seis meses para processar toda a experiência vivida e poder traçar estratégias para o futuro. Na cidade de Mérida, no México, em junho de 1996, houve a segunda reunião de trabalho onde foram apontadas possíveis formas de conteúdos para serem debatidos nas sub-regiões e nas redes temáticas a fim de estabelecer as formas de ação e funcionamento regional.

Em janeiro deste ano, a Reunião Regional de Estratégia teve como pauta as contribuições às sugestões que resultaram da reunião anterior e das novas propostas. Foram três dias de reunião, com o objetivo geral de buscar formas de fortalecer a capacidade propositiva do movimento na região. Além disto, o encontro também teve como objetivo socializar as informações sobre o processo pós-Beijing, elaborar um "plano de trabalho" com eixos políticos e formas de executá-los, e desenhar possíveis formas de vinculação aos interessados em aderir ao plano de trabalho. A pauta era bastante ampla e muito complexa pois nessas discussões estão envolvidos diversos conceitos, como a representação, que são bastante difíceis e caros para o feminismo. Gina Vargas, na abertura da reunião, ressaltou a dificuldade de discutir algumas questões: "Quiero sin embargo decir-les que para mi, apesar de las ganas y de la importancia que puede tener - no es fácil en este momento imaginar una

propuesta de articulación-conexion regional. Creo que en general es difícil para todas las que estamos acá y las otras que no están y que participaron activamente en el proceso hacia Beijing. Y no es fácil justamente porque somos feministas, porque nuestra forma de crecer y de relacionarnos es la de un movimiento, porque no somos un partido político y porque rechazamos las formas de organización piramidales o demasiado estructuradas, porque sentimos nos quita espacio y libertad."

Dos informes das sub-regiões ficou registrado que houve empenho em dar continuidade à articulação para o segmento da Plataforma aprovada na China mas, em geral, tem-se encontrado dificuldades para uma pauta de ações comuns, com exceção da Região Andina, que está mais articulada. Enfim, a situação é a mesma em quase todas as regiões, inclusive na Articulação de Mulheres Brasileiras - ainda não foi possível, neste pós-Beijing, adequar os objetivos do movimento à capacidade de ação.

Foram três dias de intensas discussões e chegou-se

a algumas decisões: manter uma Articulação de Mulheres da América Latina e do Caribe para desenvolver atividades, dando seguimento ao Plano de Ação Mundial e ao Plano de Ação Regional (que muitas integrantes do movimento organizado de mulheres reconhecem ter aspectos mais avançados que o documento da China); desenvolver indicadores que possam medir o impacto das ações governamentais sobre a vida das mulheres. Foi proposto um levantamento das ações



mujer t'empres n° 130

governamentais em cada país e uma campanha regional que pressione os governos a responder pelos compromissos assumidos. Para realizar essas tarefas foi aprovada uma Comissão de Coordenação composta por sete mulheres, eleitas durante a reunião de Lima: Gina Vargas (Peru), Schuma (Brasil), Luci Garido (Uruguay), Maira Passos (Nicaragua), Laura Frade (México), Epse (Mulheres Negras) e Silvia (Equador). Um Comitê com representantes de cada país será o fórum político mais amplo para decidir futuras ações.

As brasileiras presentes à reunião trouxeram uma tarefa: discutir a proposta feita por todas as presentes para sediar, por dois anos, essa Articulação de Mulheres Latino-americanas e Caribenhas. Diante de tamanha responsabilidade, as brasileiras presentes se comprometeram a dar uma resposta na próxima reunião nacional da Articulação de Mulheres Brasileiras. Quem sabe este possa ser um fator que reaglutine os inúmeros grupos de mulheres que estiveram presentes no processo de preparação da IV Conferência Mundial da Mulher.

Reflexões para continuarmos nossa ação coletiva

Vera Soares*

A Articulação de Mulheres Brasileiras definiu os temas Poder, Raça, Educação, Trabalho, Pobreza e Condições de Vida, Saúde, e Violência, como temas prioritários para desenvolver ações de seguimento da Plataforma de Ação Mundial da Mulher, aprovada pelos governos na China. Estes são assuntos cuja ação governamental pode ter um impacto na vida das mulheres, e têm sido alvo das reivindicações do movimento feminista.

Há um ano, na reunião nacional realizada em Brasília, reconhecemos a importância de manter uma articulação que nos possibilitasse uma acumulação do processo político que havíamos vivido na preparação da Conferência da Mulher, e que nos permitisse fortalecer nossa capacidade de reivindicação, proposição, negociação e influência sobre as ações governamentais.

Naquele momento, achamos adequado amadurecer as nossas idéias para elaborar uma ação conjunta mais eficaz, que certamente vai representar uma nova fase dos movimentos em nosso país, pois possibilitará uma definição de ações e desenvolvimento de saberes de forma mais coletiva. Esse é o nosso grande desafio, e por isso, ainda caminhamos lentamente.

Na reunião de Brasília, formamos grupos de trabalho para cada tema prioritário com o objetivo de preparar sugestões para nosso encontro nacional. Alguns temas já estão sendo discutidos nos grupos, entre eles poder e mulher, enfrentamento do racismo, combate à violência sexual e doméstica, saúde, direitos reprodutivos e aborto. Outras questões estão sendo elaboradas.

Vou comentar somente as propostas de dois grupos de trabalho, dos quais faço parte, como exemplo de que estamos sendo capazes, ao nível ainda das idéias, de gerarmos propostas que vão nos possibilitar um aprofundamento nas metodologias utilizadas. Quero lembrar que também temos como objetivo a formação e fortalecimento dos fóruns estaduais, com ações que permitam pressionar as instâncias governamentais e influir na conjuntura.

As propostas do tema "poder" prevêem uma avaliação dos organismos institucionais de mulheres, atividades de auto-formação para aprofundar o conceito de gênero, divisão sexual no trabalho e suas interrelações com os conceitos de



raça e classe, e iniciativas para influirmos no processo eleitoral de 1998.

O grupo de trabalho sobre questão racial alerta para os problemas de racismo e formas de desigualdade relacionadas com a raça e gênero, que ainda são latentes em nosso país. É claro que houveram alguns avanços nessa área, conquistado pelo movimento de mulheres e homens negros. Um exemplo, é o reconhecimento, pelo governo federal, da existência do racismo no nosso país e a necessidade da ação governamental para combatê-lo.

O desafio do grupo é descobrir formas inovadoras de combate ao racismo, e também de dar visibilidade ao problema. É fundamental, também, ter o acompanhamento e a avaliação dos planos governamentais.

Temos que ser capazes de colocar em prática os nossos projetos. Mas como integrantes do movimento feminista mais importante desse século, acredito que saberemos construir espaços amplos, democráticos, inclusivos e afetivos que vão nos ajudar a efetivar os compromissos da Plataforma de Ação das Mulheres.

(*) Vera Soares, integrante da Articulação de Mulheres Brasileiras e militante feminista em São Paulo.

A C O N T E C E

Salvador vai sediar XII Encontro Nacional Feminista

O Fórum de Mulheres de Salvador já está organizando o XII Encontro Nacional Feminista, que será realizado na capital baiana de 28 de outubro a 1º de novembro. Segundo Carmem Sacramento, uma das organizadoras do evento, cerca de mil mulheres devem comparecer ao seminário para discutir as questões que mais afligem o movimento organizado de mulheres. O número de participantes deve ser bem maior nesse encontro, acredita Carmem, devido à mobilização das organizações de mulheres pós Conferência de Beijing.

A pré-pauta do XII Encontro Nacional Feminista já está sendo elaborada. Entre os temas propostos para debate estão a relação das mulheres com o poder, aborto e esterilização, o trabalho remunerado e o não remunerado, a exploração do corpo da mulher na sociedade, a violência doméstica e sexual e a legalização da prostituição, reivindicada pelo movimento organizado de prostitutas, sobretudo em Recife.

O XII Encontro também quer discutir sobre as doenças ocupacionais do ponto de vista da mulher. Segundo uma pesquisa da Federação dos Bancários da Bahia e de Sergipe, as mulheres vítimas de LER - doença causada por movimentos repetitivos no trabalho - têm menos assistência médica do que os homens que sofrem do mesmo mal. As

empresas, explica Carmem Sacramento, esquecem que as secretárias, a maioria mulheres, também são atingidas pela LER. Está previsto um painel de debate sobre a questão de gênero do ponto de



vista da mulher negra, já que a discussão no movimento negro é feita com enfoque voltado para raça e etnia.

Além das oficinas temáticas, o XII Encontro Nacional Feminista terá oficinas de serviços com o objetivo de socializar as políticas implantadas sobre a questão de gênero. Serão montados vários stands, onde as participantes do encontro poderão aprender, por exemplo, como se faz o auto-exame para detectar o câncer de mama, ou resolver questões trabalhistas que atingem principalmente as mulheres, como a obrigação de várias empresas em ter creche no local de trabalho da mãe. Toda essa experiência, com erros e acertos, será mostrada nas oficinas temáticas.

mujer fempress nº 139

CFEMEA realiza seminário sobre aborto

As experiências de atendimento aos casos de aborto legal no país vão ser debatidas pelos parlamentares no dia 27 de fevereiro, no Auditório do Espaço Cultural da Câmara dos Deputados, a partir das 9:00 hs. O seminário é uma iniciativa do CFEMEA, do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher e da Rede Nacional Feminista de Saúde e Direitos Reprodutivos e conta com o apoio do FNUAP - Fundo de população das Nações Unidas. O objetivo do debate é aprofundar e esclarecer aos parlamentares e a opinião pública sobre o verdadeiro conteúdo do projeto de lei 20/91 (atendimento dos casos de aborto legal na rede pública de saúde - gravidez resultante de estupro e risco de vida da gestante). O projeto está na Comissão de Constituição e Justiça - CCJR da Câmara dos Deputados.

Ainda são poucos os hospitais da rede pública de saúde que dão atendimento aos casos de aborto legal, como o Hospital Jabaquara, em São Paulo, pioneiro na prestação desse serviço. Mas a forma criteriosa como esse trabalho tem sido feito, desde a delegacia até o serviço médico, enfraquece o argumento de que o projeto de lei 20/91 tem o objetivo de legalizar o aborto no país.

Para o seminário já estão confirmadas as presenças dos deputados Aloysio Nunes Ferreira, presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Zulaiê Cobra (PSDB-SP), relatora do projeto na comissão, Eduardo Jorge (PT-SP) e Sandra Starling (PT-MG), autores do projeto. Também vão comparecer ao evento o professor titular do CAISM, Aníbal Faundes, a delegada titular da Delegacia Especial de Atendimento à Mulher de Brasília, Débora Menezes, Carolina Teles Lemos, da Coordenação do Grupo Católicas pelo Direito de Decidir, Norma Kiryakos, consultora jurídica da Rede Nacional Feminista de Saúde e Direitos Reprodutivos, e Jarbas Barbosa, ex-secretário de Saúde de Pernambuco.

CFEMEA - Centro Feminista de Estudos e Assessoria
SCN Qd. 06 Bl. A S/602 - Ed. Venâncio 3000
70718-900 - Brasília - DF

Fêmea

IMPRESSO